

“MINHA AVÓ FOI PEGA NO LAÇO”: MEMÓRIA, VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA FEMININA EM *DE ALMAS E ÁGUAS KUNHÃS* (2023) DE MÁRCIA KAMBEBA

MY GRANDMOTHER WAS TAKEN BY THE LASSO: MEMORY, VIOLENCE, AND FEMALE RESISTANCE IN *DE ALMAS E ÁGUAS KUNHÃS* (2023) BY MÁRCIA KAMBEBA

Adriana Lins Precioso ¹

Igor Marangon ²

Ana Lucia Ponciano Ribeiro ³

RESUMO

O presente artigo analisa o ensaio *Minha avó foi pega no laço*, da obra *De almas e águas kunhãs* (2023), de Márcia Wayna Kambeba, com o propósito de evidenciar como a autora revisita a memória ancestral para denunciar a violência colonial que marcou a formação do Brasil, sobretudo no que se refere ao corpo das mulheres indígenas. Com abordagem qualitativa e bibliográfica, o estudo articula o ensaio ao poema *Índia, eu não sou*, da mesma autora, e dialoga com reflexões de intelectuais indígenas contemporâneos, como Daniel Munduruku (2017) e Mirna Anaquiri (2018), os quais questionam a naturalização da expressão “pega no laço” como marcador identitário. A análise demonstra que Kambeba utiliza tanto a escrita ensaística quanto a poética como formas de contraescrita, desestabilizando narrativas hegemônicas que romantizaram a miscigenação e ocultaram o estupro colonial como elemento estruturante da nação. Ao recuperar histórias de suas ancestrais e reinterpretar a expressão popular a partir da memória corporal e territorial, a autora reposiciona a violência não como destino inevitável, mas como ponto de partida para a resistência, a preservação cultural e a afirmação identitária. Os resultados indicam que a literatura indígena de autoria feminina funciona como espaço de denúncia, cura e reexistência, com o objetivo de devolver dignidade às mulheres violentadas e reafirmar seu protagonismo histórico. Conclui-se que Kambeba transforma a barbárie colonial em força estética e política,

¹ Doutora em Letras pela Unesp - Ibilce - Campus de São José do Rio Preto-SP, na área de Teoria da Literatura. Professora Adjunta da UNEMAT -Universidade do Estado de Mato Grosso - Campus de Sinop. Vice-Coordenadora do PPGLETRAS - Programa de Pós-graduação em Letras. Coordenadora do grupo de Pesquisa: Estudos Comparativos de Literatura: tendências identitárias, diálogos regionais e vias discursivas - Certificado pelo CNPq. E-mail: adrianaprecioso@unemat.br

² Doutorando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLetras), campus de Sinop, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), onde atua como bolsista CAPES. Mestre em Letras pelo mesmo programa, na linha de pesquisa de Estudos Literários. Possui graduação em Letras Português/Inglês pela UNEMAT. Membro do Grupo de Pesquisa “Estudos comparativos de Literatura: tendências identitárias, diálogos regionais e vias discursivas” e pesquisador voluntário do INCT/CNPq "Educação Transformadora: Antirracismo, Interseccionalidade e Justiça Social na América Latina. Email: igor.marangon@unemat.br

³ Mestra em Letras pelo Programa de Pós Graduação em Letras (PPGLetras) da Universidade do Estado de Mato Grosso Sinop, Mato Grosso, Brasil. Email: lucia.ribeiro@unemat.br

contribuindo para uma narrativa decolonial que enfrenta o apagamento histórico e reinscreve as mulheres indígenas no centro da memória nacional.

Palavras-chave: Literatura indígena, Memória ancestral, Violência colonial.

ABSTRACT

The present article analyzes the essay *Minha avó foi pega no laço*, from the book *De almas e águas kunhãs* (2023), by Márcia Wayna Kambéba, with the purpose of highlighting how the author revisits ancestral memory to denounce the colonial violence that marked the formation of Brazil, especially with regard to the bodies of Indigenous women. Using a qualitative and bibliographic approach, the study connects the essay to the poem *Índia, eu não sou*, also by Kambéba, and engages in dialogue with reflections by contemporary Indigenous intellectuals such as Daniel Munduruku (2017) and Mirna Anaquiri (2018), who question the naturalization of the expression “pega no laço” as an identity marker. The analysis demonstrates that Kambéba employs both essayistic and poetic writing as forms of counter-writing, destabilizing hegemonic narratives that romanticized *mestizaje* and concealed colonial rape as a structuring element of the nation. By recovering the stories of her ancestresses and reinterpreting the popular expression through embodied and territorial memory, the author reframes violence not as an inevitable fate but as a point of departure for resistance, cultural preservation, and identity affirmation. The results indicate that Indigenous literature authored by women functions as a space of denunciation, healing, and re-existence, with of goal of restoring the dignity to violated women and reaffirming their historical protagonism. It is concluded that Kambéba transforms colonial barbarity into aesthetic and political force, contributing to a decolonial narrative that confronts historical erasure and reinscribes Indigenous women at the center of national memory.

Keywords: Indigenous literature, Ancestral memory, Colonial violence.

Introdução

A violência colonial que se inscreveu no corpo das mulheres indígenas permanece como uma das marcas mais profundas e duradouras da história brasileira. A captura, a dominação e o estupro foram dispositivos centrais do projeto colonizador, ao instaurarem um sistema de poder que atravessou gerações e que, até hoje, reverbera nas memórias, nas identidades e nos territórios dos povos originários. Afinal, “ao falarmos de colonização, não tem como não acessar e rememorar as muitas dores e feridas ainda abertas”, como lembra Bárbara Borum-Kren (2025, p. 51).

A literatura de autoria indígena, sobretudo a produzida por mulheres, tem desempenhado um papel central na reconstrução dessas memórias e no enfrentamento

de um longo processo de apagamento histórico, cultural e corporal. Essas autoras assumem a palavra como gesto político e pedagógico, abrindo espaço para recontar suas histórias e as violências fundantes que estruturaram o país. Em um Brasil cuja gênese está atravessada pelo estupro colonial, prática sistemática que transformou o corpo indígena feminino no primeiro território conquistado, a escrita das mulheres indígenas subverte essa lógica ao devolver dignidade aos corpos brutalizados e reinscrever o trauma sob a perspectiva daquelas que “vivenciaram e ainda vivenciam a colonização, já que ela ainda está em curso” (Borum-Kren, 2025, p. 51).

Ao narrar a história a partir do corpo que sofreu a invasão, essas escritoras rompem com o discurso hegemônico que romantizou a miscigenação e apagou a violência sexual como pilar da formação nacional. A literatura indígena feminina, portanto, denuncia a continuidade desse processo de expropriação e dominação e ressignifica a memória coletiva, ao afirmar a ancestralidade como força vital e inaugurar outros modos de existir e narrar, nos quais a palavra se torna instrumento de cura, justiça e reexistência.

Conforme indicam Danner, Dorrico e Danner (2019), a voz indígena que passa à escrita assume um caráter político e politizante, articulando ativismo, denúncia e reexistência. De forma semelhante, Bosi (2000, p. 146) compreende a poesia como instrumento capaz de resistir à “falsa ordem” instaurada pela violência colonial, enquanto Márcia Kambeba (2020) afirma que “a palavra ainda continua sendo nossa forma de articulação, de estratégia, tanto que a literatura que fizemos nasce da palavra que ouvimos”.

Ao revisitar sua própria trajetória intelectual e espiritual, Eliane Potiguara recupera, no texto *Mulher Indígena e o ato da criação*, originalmente publicado em seu blog, em 2010, uma reflexão sobre a potência criadora das mulheres indígenas.

a mulher indígena que passou por toda a sorte de massacres, estupros coloniais e neocoloniais, ao longo da história do Brasil, condicionadas ao medo e ao racismo, sobrevivem porque são criativas, xamãs, visionárias, curandeiras, guerreiras e guardiãs do planeta. Seu inconsciente coletivo ancestral refloresce a cada ato de criação delas, porque são capazes de beijar as cicatrizes do mundo, num ato de caridade, não humilde, mas guerreira e criativa. (Potiguara, 2019, p. 149).

Nesse cenário, a poética de Márcia Kambeba, na obra *De Almas e Águas Cunchãs* (2023), destaca-se por interligar ancestralidade, identidade, corpo e território, configurando-se como espaço de elaboração simbólica dos traumas e, simultaneamente, como afirmação de uma presença indígena viva, atuante e insurgente.

A produção literária de mulheres indígenas, como Kambeba, inscreve-se em um movimento contemporâneo de retomada epistemológica e contracolonial, no qual as autoras reivindicam o direito de narrar suas histórias, bem como de reinterpretar suas memórias a partir de perspectivas próprias. É uma literatura que “fala e grita por direitos negados e perdas seculares”, como descreve Eva Potiguara (2025, p. 78). Como guardiãs do corpo-território, essas mulheres fazem da escrita um gesto político e espiritual: denunciar a violência histórica, afirmar identidades silenciadas e transmitir às novas gerações uma memória que resiste, apesar das tentativas sistemáticas de apagamento.

Diante disso, este estudo justifica-se pela relevância de discutir as representações da violência colonial e da resistência feminina indígena a partir da poesia contemporânea, ampliando o debate sobre literatura indígena, gênero e memória no campo dos estudos literários.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar a obra *De almas e águas Kunhãs* (2023), de Márcia Wayna Kambeba, sob a perspectiva da resistência feminina indígena, ao discutir como a memória ancestral, a experiência do corpo e a denúncia da violência colonial se articulam poeticamente. Em relação à metodologia, adotamos uma abordagem qualitativa, interpretativa e hermenêutica, fundamentada nos estudos literários, decoloniais e nos feminismos indígenas.

Por fim, o artigo organiza-se em três seções: na primeira, discutimos o papel da memória e do corpo na poética feminina indígena; na segunda, analisamos o poema em seus aspectos simbólicos, formais e discursivos; e, na última, refletimos sobre o lugar da mulher indígena na resistência contemporânea.

Literatura indígena de autoria feminina: voz, memória e resistência

A emergência da literatura indígena no Brasil, sobretudo a produzida por mulheres, constitui um dos movimentos mais significativos da cena literária

contemporânea. Trata-se de uma escrita que não se limita à estética, mas que se articula de maneira profunda com a história, a política, a memória e a ancestralidade dos povos originários. Nessa lógica, as autoras reconstróem memórias apagadas e expõem as feridas profundas deixadas pelo processo colonial, de forma a romper com narrativas hegemônicas que romantizaram a violência fundadora do Brasil.

Ao recuperar a perspectiva feminina das aldeias e das famílias, suas obras revelam que a história nacional é atravessada por uma violência matricial: o estupro. Conforme apontam Nascimento e Azevedo (2022), o domínio colonial, ao impor a sujeição dos povos originários, desencadeou práticas brutais que atingiram especialmente as mulheres indígenas. Elas foram alvo de assassinatos e abusos sexuais sistemáticos, ações que tinham como propósito fragilizar essas comunidades e comprometer sua continuidade histórica.

A literatura especializada evidencia que a violência sexual tem funcionado, historicamente, como um mecanismo de poder voltado à desestabilização de povos indígenas em disputa territorial. O relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) (2013) já apontava que esse tipo de agressão opera como forma de ameaça e coerção contra comunidades que resistem à expropriação de seus territórios. Essa lógica de dominação ecoa o relato analisado por Sueli Carneiro (1995), que menciona a fala de uma indígena latino-americana ao afirmar que a violação das mulheres do povo derrotado representa, simbolicamente, a confirmação da vitória dos opressores e a destruição moral dos subjugados.

Segundo Márcia Kambéba, em um dos ensaios presentes na obra *De Almas e Águas Cunchãs* (2023, p. 24), a autora rememora a violência extrema que marcou a experiência das mulheres indígenas durante a invasão europeia. Ela evoca a imagem da mulher lançada diante do homem que a violentaria, um agressor que, tomado de orgulho, a estuprava e, em seguida, a arrancava de sua comunidade para obrigá-la a conviver com um desconhecido. A partir dessa relação forçada, ela era compelida a gerar filhos, alimentá-los, criá-los e, muitas vezes, protegê-los das agressões do próprio pai, que ainda negava reconhecimento à família que ele mesmo havia imposto. Caso tentasse escapar ou recusasse novas relações sexuais, essa mulher era submetida novamente à brutalidade: apanhar, passar fome, sofrer privações e castigos contínuos.

Kambebe (2023, p. 24) ressalta, de forma contundente, que “nascemos da barriga dessa barbárie” e que, não raro, narramos essa história de forma suavizada, quase romântica, como se a violência que atingiu as ancestrais originárias pudesse ser naturalizada.

Essa violência não foi apenas individual, mas constituiu um sistema estruturante de dominação, em que o corpo das mulheres indígenas se tornou o primeiro e mais brutal território invadido. É nessa direção que a literatura feminina indígena se torna fundamental ao “usar a arte, a caneta, como uma estratégia de luta política”, nas palavras de Kaká Werá (2017, p. 29).

Ao longo dos séculos, os povos originários foram descritos exclusivamente pela ótica dos colonizadores, os quais lhes atribuíram significados, características e estereótipos segundo interesses de dominação. As obras indianistas, por exemplo, descreviam os indígenas como “seres dóceis, obedientes e sinceros” (Bosi, 1992, p. 162). Essa construção discursiva produziu uma imagem distorcida do indígena, apagando sua humanidade e abrindo caminho para justificativas ideológicas da violência.

Por isso, recuperar a escrita dos próprios sujeitos indígenas é um ato político essencial. Leno Francisco Danner, Julie Dorrico e Fernando Danner (2021) compreendem que a literatura produzida por autores indígenas configura uma voz-práxis que se afirma como autônoma e profundamente comprometida com a ação política. Trata-se de uma expressão que se insere no espaço público como agente ativo, responsável tanto por revitalizar e fortalecer as tradições quanto por expor e enfrentar os processos de exclusão e marginalização que atingem seus povos. Essa voz literária sustenta uma atuação que é simultaneamente estética e política, transformando a escrita indígena em um território de afirmação e reivindicação das minorias histórico-culturais.

É nesse ponto que se compreende a dimensão decolonial da escrita indígena. Em linhas gerais, “o mote principal da literatura de autoria indígena diz respeito a uma autoafirmação e a uma resistência da própria etnia frente ao frequente apagamento por parte da sociedade etnocêntrica”, conforme defende Calixto (2019, p. 2). Ao colocar em circulação saberes próprios, modos particulares de perceber o mundo e formas específicas de organização sociocultural, essa produção literária tensiona a hegemonia da epistemologia ocidental, questiona a racionalidade colonial-capitalista e reafirma o

princípio de que os povos indígenas têm o direito de narrar suas experiências e visões de mundo a partir de suas próprias referências.

Se a literatura indígena, em geral, já assume um caráter político, a escrita das mulheres intensifica essas dimensões ao colocar o corpo, esse território violado, no centro da narrativa. “Iremos nos posicionar e lutar contra as questões e as violações que afrontam nossos corpos, nossos espíritos, nossos territórios”, é o que diz o documento final da I Marcha das Mulheres Indígenas, publicado em agosto de 2019. O corpo da mulher indígena é corpo geográfico, corpo ancestral e corpo de memória. Nele se inscrevem tanto as marcas da colonização quanto as estratégias de resistência.

Conforme observa Donovan (1998, p. 7), “talvez o tópico mais fundamental levantado pela literatura de origem indígena, particularmente aquela produzida por mulheres, e pelas teorias feministas esteja relacionado à voz: quem pode falar? Como pode falar? Sob quais circunstâncias? E o que pode ser dito?”. Nesse cenário, torna-se essencial evidenciar o lugar da voz feminina indígena, suas presenças e apagamentos dentro dos espaços historiográficos e literários, reconhecendo-a como um elemento decisivo na construção das narrativas, das memórias e das formas de resistência dos povos originários.

Por conseguinte, a literatura feminina indígena rompe com o mito da cordialidade e com a fantasia romântica da mestiçagem para expor a brutalidade que sustenta a formação da sociedade brasileira. É por isso que essa escrita funciona como uma contra-história. Ela reabre feridas que a narrativa dominante tentou cicatrizar à força e restitui às mulheres indígenas o direito de dizer, em voz alta, o que foi imposto ao silêncio por séculos.

A obra de *Almas e águas kunhãs*

Publicada em 2023 pela Editora Jandaíra, *De almas e águas kunhãs* é uma obra que reúne ensaios, poemas, grafismos e reflexões que articulam a trajetória das mulheres indígenas, suas memórias e suas resistências desde o início da invasão colonial até o presente. Prefaciada por Eliane Potiguara, a obra é apresentada como um gesto de retomada e de força, pois “é preciso resistir, insistir e refazer nosso caminho de volta, em busca não só de afirmações identitárias, mas de saberes, do valor sagrado, da

relação que se cria e vivencia com nossa nação, em toda a extensão do território físico e memorial” (Kambeba, 2023, p. 7).

Desde suas primeiras páginas, Kambeba deixa claro que o livro é dedicado às mulheres de sua linhagem e às mulheres indígenas em geral, reconhecendo nelas os pilares da sobrevivência e da continuidade de seu povo. A composição do livro estrutura-se em quatro partes: *Violência que não define*; *Identidade de luta e resistência*; *Na aldeia e na cidade*; e *Terra Tekoha*, que, juntas, formam uma tessitura de denúncia, memória e afirmação identitária.

Cada uma dessas seções mobiliza dimensões diferentes da experiência indígena: as violências coloniais e seus desdobramentos contemporâneos; a luta política; a vida entre a aldeia e a cidade; e a relação profunda entre território, corpo e espiritualidade. A obra, portanto, relata aspectos da história indígena, ao passo que reinscreve essa história sob uma perspectiva própria, feminina, ancestral e politicamente engajada.

O primeiro capítulo, *Violência que não define*, é um dos mais contundentes da obra, pois apresenta uma reflexão crítica sobre a violência estrutural vivida pelos povos indígenas desde o século XVI. Kambeba denuncia as várias formas de violência sofridas pelos povos indígenas. Afinal, “foram séculos de matanças, doenças, torturas e exploração que vieram reduzindo nosso povo e continuam nos dias atuais”, chamando atenção para o modo como esse processo se perpetuou ao longo dos séculos.

Ao abordar os ataques históricos e contemporâneos contra os territórios indígenas (bombardeios, envenenamentos, massacres), Márcia ressalta que a violência colonial não pertence ao passado, mas se prolonga como uma força ativa que atravessa o presente. Essa compreensão dialoga diretamente com a fala de Ailton Krenak no documentário *Guerras do Brasil.doc* (2019), quando declara, de maneira contundente: “Estamos em guerra!”. Para ele, “a falsificação ideológica que sugere que temos paz é para continuarmos mantendo a coisa funcionando” (Krenak, 2019).

Um dos pontos mais significativos desse capítulo da obra de Kambeba é a crítica aos símbolos coloniais nacionalmente reverenciados. A autora retoma o caso do incêndio do monumento a Borba Gato, em 2021, um marco importante de contestação histórica, lembrando que a comoção midiática se concentrou no ato de incendiar a

estátua, e não na violência praticada pelo bandeirante. Márcia critica a reverência aos bandeirantes, ainda vistos como “heróis” na memória nacional.

Essa estratégia de deslocar o foco narrativo, sair da perspectiva do colonizador para a do povo violentado, é uma das marcas centrais da escrita dos povos indígenas. Conforme Edson Kayapó (2013):

nós, escritores indígenas, estamos dotados de uma missão que numa perspectiva espiritual nos autoriza a sermos porta-vozes dos nossos antepassados. Nesse sentido, a nossa missão está muito além de rever a opressora história oficial brasileira. Buscamos contar ‘outras histórias’ para afirmar que estamos aqui, que não fomos exterminados, que a nossa população vem aumentando significativamente e que continuaremos ressignificando o nosso jeito de ser (Kayapó, 2013, p. 31).

Nesse sentido, a obra de Márcia Kambeba deixa evidente que, embora a violência faça parte incontornável da história indígena, ela não pode ser tomada como definidora da existência dos povos originários. O gesto literário de Kambeba é, portanto, radicalmente contra-hegemônico. Ela reconhece a ferida, mas não permite que ela seja o limite da identidade indígena. Na obra de Márcia Kambeba, a dor não funciona como destino, e sim como ponto de partida para a retomada, a resistência e a afirmação das mulheres que, apesar das tentativas de aniquilação, continuam vivas, potentes e ancestrais.

É nesse horizonte que o relato de *Minha avó foi pega no laço* se torna central. A expressão popular, tão banalizada no cotidiano brasileiro, sintetiza, de forma cruel, a violência sexual estruturante da colonização. No entanto, ao ressignificá-la pela via da palavra poética, Kambeba transforma a memória da violência em denúncia e, sobretudo, em afirmação.

“Minha avó foi pega no laço”: violência colonial, corpo-território e contraescrita ancestral

No ensaio *Minha avó foi pega no laço*, presente na obra *De almas e águas* Kunhãs (2023), Márcia Wayna Kambeba constitui um dos pontos de maior densidade política e estética da obra, pois rompe com o lugar-comum da frase-título no cotidiano brasileiro e a reinscreve no campo da memória ancestral e da crítica histórica.

No imaginário nacional, essa e outras expressões, como “minha bisavó foi pega no dente do cachorro”, aparecem frequentemente banalizadas como explicação jocosa

para traços indígenas na ascendência familiar. Kambeba, no entanto, desvela a camada de violência que se oculta sob essa aparente inocência. Essas expressões são “consequências da colonização, da dominação, da escravidão, do olhar eurocêntrico de superioridade que subalternizava e violentava nossas mulheres ancestrais, dizimando, assim, nações inteiras e reduzindo outras a poucas famílias” (Kambeba, 2023, p. 21). Ao deslocar a frase para o terreno da memória, a autora devolve à linguagem sua densidade histórica e revela o que a naturalização tenta encobrir: o estupro colonial como pilar da formação do Brasil.

A contundência do ensaio de Kambeba emerge já na afirmação de que “essa barbárie ficou registrada na memória de nossas ancestrais e chegou a nós como violência a ser reparada para desconstruir imaginários estereotipados que rememorem violências brutais” (Kambeba, 2023, p. 22). A autora não trata a violência colonial como evento circunscrito ao passado, mas como uma presença que se entranha no corpo e na psique das gerações seguintes.

Em convergência com essas ideias, Segato (2016) argumenta que, nas dinâmicas neoliberais atuais, o corpo, sobretudo o corpo feminino, passa a ser tratado como extensão do território, deslocando a violência colonial para a corporalidade, especialmente das mulheres cuja ancestralidade e vínculo com a terra as tornam ainda mais expostas a processos de controle e submissão.

Ao afirmar que essa violência “chegou a nós”, Márcia Kambeba rompe com a ideia de distanciamento histórico e reposiciona o estupro colonial como um trauma transgeracional. Sua escrita assume, então, a função de reparação: reparar não significa apagar, mas nomear e reinscrever a dor a partir de uma perspectiva que não seja a do colonizador. É nesse gesto que sua narrativa se torna política, pois desestabiliza os discursos que romantizam a mestiçagem e reduzem a brutalidade a um folclore nacional.

A potência desse processo se intensifica quando Kambeba mobiliza a memória familiar. Ela escreve que sua avó “contava com tristeza que a avó dela foi vítima dessa situação de ser ‘laçada’” (Kambeba, 2023, p. 22). Ao inserir a violência na sua própria genealogia, a autora desmonta a ficção de que a frase “foi pega no laço” pertence a um repertório popular neutro; ao contrário, ela tem rosto, corpo, nome e sangue. Não é

metáfora, mas sim história. A grande força do ensaio reside, porém, no fato de que essa violência não paralisa a narrativa; ela impulsiona a resistência.

A avó da avó de Márcia Kambeba, mesmo submetida ao sequestro e ao estupro, “se negava a viver como uma não indígena e procurava manter os hábitos de vida próprios de seu território e aldeia” (Kambeba, 2023, p. 22). A língua aparece, aqui, como marca de resistência: “Ela muito pouco falava português e fazia uso da língua geral proveniente do tupi” (Kambeba, 2023, p. 22). Contra o apagamento imposto, a ancestral de Kambeba se ergue como figura de insurgência cultural. Como analisa Luciano (2006, p. 124): “a perseguição e a proibição das línguas indígenas acarretaram sérios prejuízos socioculturais e identitários aos povos indígenas do Brasil, principalmente porque, para eles, a língua é o signo mais claro de sua história”. A língua, os modos de vida, os cantos, a espiritualidade, tudo isso constitui um corpo que se recusa a ser colonizado, mesmo quando fisicamente capturado.

Essa recusa se amplifica quando a autora afirma que “a submissão que esse ato de pegar no laço representa não fez da minha ancestral refém de um saber vindo de fora” (Kambeba, 2023, p. 22). Este é um ponto fundamental: Kambeba não aceita que a violência defina a identidade indígena. A autora recupera práticas concretas dessa resistência cotidiana ao dizer que ela “procurou manter seus cantos” e recebia parentes indígenas em casa, preservando a vida comunitária mesmo em condições adversas. Essa imagem desestabiliza o estereótipo de passividade ou de assimilação automática ao modelo colonial. O corpo capturado permanece corpo-território, corpo-memória, corpo-comunidade. Não há apagamento possível enquanto houver canto, encontro e parentes que atravessam caminhos para reafirmar laços.

Essa articulação entre corpo, violência e memória remete diretamente ao que Mirna Anaquiri (2018) chama de marcadores interseccionais de opressão, que atravessam as mulheres indígenas simultaneamente: raça, gênero, classe, língua, território e história. Para a autora, não há como dissociar o estupro colonial da hipersexualização contemporânea dos corpos indígenas, porque se trata da mesma matriz de dominação. Como ela ressalta, “Os marcadores sociais de diferenças agem sobre essas mulheres de modo simultâneo e de acordo com contextos específicos de cada uma” (Anaquiri, 2018, p. 755).

O gesto de Márcia Kambeba, de problematizar e refletir sobre a frase “minha avó foi pega no laço”, alinha-se diretamente à crítica feita por estudiosos e intelectuais indígenas, como Daniel Munduruku (2017), que, ao refletir sobre a frase “minha avó foi pega no laço”, entende que ela não é um traço folclórico de brasilidade, mas a síntese de um processo contínuo de violação histórica. Em seu texto, Munduruku observa que, em quase todos os lugares por onde passa, alguém se apressa em dizer essa frase como quem oferece uma senha para a aproximação, um modo de sugerir parentesco simbólico e de reivindicar um “pezinho na aldeia”.

Trata-se, segundo ele, de um recurso utilizado muitas vezes de forma consciente, quase como um passaporte para acessar uma ancestralidade indígena romantizada, sem que haja qualquer reflexão sobre o horror que essa narrativa encobre. É “estranho”, escreve o autor, que alguém se orgulhe de ter tido uma avó sequestrada, violentada e escravizada por um homem branco; mais estranho ainda é que essa história tenha sido repetida por gerações como se fosse motivo de pertencimento afetivo (Munduruku, 2017).

Essa naturalização revela a profunda anestesia moral que recobre o imaginário nacional: o país transformou em anedota aquilo que deveria ser reconhecido como trauma fundador. A repetição da frase funciona, assim, como estratégia poética de ocultamento, uma tentativa inconsciente de suavizar a dor colonial, quando, na verdade, evidencia que somos uma nação originada pela força, pela violência sexual e pela ruptura de territórios e corpos.

A denúncia que Márcia Kambeba formula no ensaio encontra desdobramento direto em sua produção poética. A autora não separa a palavra ensaística da palavra poética; ambas funcionam como gestos de resistência que buscam recontar o trauma colonial sob a ótica das mulheres indígenas. No mesmo livro, o poema *Índia, eu não sou* reitera, literariamente, aquilo que o ensaio escancara politicamente:

Não me chame de “índia”
Esse nome me causa dor
Rememora a violência sofrida
Pela espada do “colonizador”

Honro o sangue das ancestrais
Perseguidas passo a passo
Imagino o terror da bisavó

Que pelo invasor foi “pega no laço”

Invadiram as aldeias
corpos estendidos no chão
Roubaram, estupraram
Queimaram nossas ukas
Terror e devastação

Em nome de uma coroa
De um Deus que na cruz se erguia
Enquanto o coração sangrava
o invasor se divertia
Declarando guerra
Na força da tirania

Estupro seguido de morte
Casamento sem permissão
Assim minha ancestral pariu o Brasil
Berço dessa nação.

[...]

(Kambeba, 2023, p.33-34)

Compreende-se que Márcia Kambeba converte em poesia a experiência histórica de opressão vivida pelos povos indígenas, em especial pelas mulheres, transformando a palavra em lugar de resistência, memória e renascimento. Em seus versos, o poema torna-se também um território de revelação, no qual o sujeito poético reinscreve sua própria existência. As vivências e percepções que emergem dessa voz desafiam a estrutura lírica tradicional, desestabilizando seus moldes para construir uma estética alinhada às realidades, às cosmologias e aos valores indígenas. Tal gesto não representa apenas uma escolha estilística, mas uma reivindicação de presença no campo literário que, por tanto tempo, silenciou ou marginalizou as produções e perspectivas originárias. É nesse sentido que se pode ler, à luz da compreensão de Octavio Paz:

A experiência poética é uma revelação de nossa condição original. E essa revelação é sempre resolvida numa criação: a de nós mesmos. A revelação não descobre algo exterior, que estava aí, alheio: o ato de descobrir entranha a criação do que vai ser descoberto: nosso próprio ser. Nesse sentido, pode-se dizer, sem temor de incorrer em contradição, que o poeta cria o ser (Paz, 2012, p. 187).

A força poética do verso “imagino o terror da bisavó/ que pelo invasor foi ‘pega no laço’” dialoga diretamente com a narrativa do ensaio, reforçando a centralidade da figura ancestral como ponto de memória e denúncia. É por meio da voz poética que a autora “adentra a esfera público-política como sujeito público-político, a qual promove

Revista de Letras Norte@mentos

162

Dossiê "Vozes identitárias da literatura indígena brasileira contemporânea: do registro etnográfico à criação literária.", Sinop, v. 19, n. 57, p. 150-167, jun. 2026.

e fomenta as tradições, ao mesmo tempo que denuncia e combate as situações de marginalização e exclusão sofridas por eles” (Danner, Dorrico, Danner, 2021, p. 137). O verso repete a expressão popular e a desloca para o campo sensorial: “imagino o terror”, anuncia a poeta, convocando o leitor a experimentar o medo, o grito, a ruptura, aquilo que a naturalização da frase no cotidiano tenta apagar. O recurso poético reconstrói a cena, devolvendo humanidade à ancestral violentada, e transforma um eufemismo social em imagem brutal. A poesia reabre o acontecimento colonial para impedir que ele seja transformado em adereço identitário ou em anedota de brasilidade.

O poema amplia o campo da violência ao trazer imagens de destruição coletiva: “Invadiram as aldeias/ corpos estendidos no chão/ roubaram, estupraram/ queimaram muitas ukas/ terror e devastação.” Aqui, Kambeba articula o corpo individual ao corpo comunitário. O corpo da mulher, o corpo da aldeia, o corpo da terra, todos violados pela mesma lógica colonial. Afinal, “a terra é o corpo dos índios, os índios são parte do corpo da Terra”, como afirma Eduardo Viveiros de Castro (2016, p. 17).

A devastação não é apenas física, mas epistemológica e espiritual. Ao escrever “muitas ukas”, a poeta reinscreve a violência não apenas como perda material, mas como desmantelamento do espaço de vida, memória e pertencimento. A imagem do corpo estendido no chão funde-se ao território incendiado, revelando como o colonialismo operou simultaneamente sobre pessoas e territórios.

Os versos finais do fragmento apresentado constituem talvez uma das sínteses mais poderosas da crítica de Kambeba. O poema expõe, sem eufemismos, que o Brasil nasce do estupro, da invasão e da morte. A expressão “pariu o Brasil” desconstrói a fantasia da miscigenação harmoniosa e devolve à formação nacional sua verdade brutal. A ancestral que “pariu a nação” não o fez por desejo ou afeto, mas por violação. Assim, a poética de Kambeba reconta a origem e a contraescreve. Propõe outra narrativa fundacional, na qual as mulheres indígenas não são figuras decorativas da história, mas corpos violentados cuja dor constitui o alicerce da nação. Essa reescritura é profundamente política, pois desmascara o mito do encontro cordial e expõe a violência como princípio gerador do Brasil.

Como Kambeba, Munduruku (2017) denuncia a necessidade urgente de reabrir essa ferida para entendermos que “o Brasil foi ‘inventado’ a partir das dores de suas

mulheres e é importante não esquecermos esta história para podermos olhar de frente para nosso passado e aprendermos com ele” (Munduruku, 2017) e, a partir disso, finalmente possamos reconhecê-la como parte daquilo que constitui nossa história e, sobretudo, nossa responsabilidade.

Considerações finais

A leitura da obra *De Almas e Águas Kunhãs* (2023), aqui apresentada, evidencia que o gesto de Márcia Wayna Kambeba, tanto no ensaio *Minha avó foi pega no laço* quanto em seus poemas, constitui um movimento de profunda reinscrição da memória ancestral e de enfrentamento à violência colonial que moldou o país. A autora, ao revisitar o passado pela perspectiva das mulheres de sua linhagem, desmonta a ficção histórica que romantizou a miscigenação e traduz as violências estruturantes da formação nacional em linguagem literária crítica, sensível e politicamente comprometida.

Ao assumir a palavra como território de retomada e de denúncia, Kambeba reafirma o que as teorias dos pensadores indígenas têm reiterado: que não há futuro possível sem o reconhecimento ético do passado, sem a assunção das feridas ainda abertas e sem a escuta das vozes que foram historicamente silenciadas.

Com base na obra, torna-se evidente que a literatura indígena de autoria feminina opera como contraescrita ao projeto colonial. A escrita de Kambeba revela que as marcas deixadas pelo estupro, pelo sequestro, pela escravização e pela expulsão de seus territórios não pertencem apenas à história, mas se atualizam na carne, na língua, na memória e na narrativa das mulheres indígenas. A autora rompe com a ideia de que a violência é destino, ao mostrar que essa dor, inscrita em seus corpos e transmitida pelas gerações, converte-se em força política, poética e resistência.

Assim, ao problematizar a expressão “minha avó foi pega no laço” e revelar sua profundidade traumática, Kambeba ressignifica a frase e a própria maneira pela qual o Brasil conta sua origem. Seu gesto expõe a violência que moldou a história nacional, ao mesmo tempo em que devolve dignidade às ancestrais, reconhecendo-as não como vítimas passivas, mas como mulheres que resistiram, cantaram, lutaram e preservaram suas línguas, seus modos de vida e suas cosmologias. Em suas palavras e em suas

imagens poéticas, o ato violento não define as mulheres indígenas; ao contrário, é o ponto de partida para reafirmar sua força, sua capacidade de recriação e sua presença insurgente no mundo contemporâneo.

Dessa forma, a obra de Kambeba nos convoca a compreender que a memória da violência não deve ser celebrada, suavizada ou romantizada, mas enfrentada com responsabilidade histórica e sensibilidade ética. Ela propõe que recontar o passado não é reviver a dor, mas impedir que sua naturalização continue sustentando estruturas de dominação.

A literatura, nesse sentido, torna-se instrumento de cura coletiva, capaz de romper silenciamentos, restaurar laços e recolocar as mulheres indígenas no centro da narrativa nacional. Ao escrever, a autora denuncia a barbárie que atravessou suas ancestrais, bem como afirma a reexistência das mulheres que, mesmo após séculos de violência, seguem produzindo saberes, fortalecendo comunidades e criando mundos outros.

Por fim, este estudo evidencia a importância de ampliar o espaço das vozes indígenas no campo literário, acadêmico e político, reconhecendo a potência epistemológica, estética e espiritual de suas produções. Márcia Kambeba nos lembra que a literatura é um ato de sobrevivência, ao entrelaçar memória, corpo e território, propondo uma retomada e um reencantamento do mundo.

É, sobretudo, pelos caminhos abertos por autoras como ela que se torna possível imaginar um Brasil que reconheça a verdade de sua origem e que, finalmente, construa uma história na qual as mulheres indígenas sejam ouvidas, respeitadas e celebradas.

Referências

ANAQUIRI, Mirna P. Marinho da Silva. “*Minha avó foi pega no laço*”: a questão da mulher indígena a partir de um olhar feminista. In: II Seminário Internacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual, 2018, Goiânia. Anais do Seminário Internacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2018. p. 752 - 763.

BOLOGNESI, Luiz. As Guerras da Conquista In. *Guerras do Brasil.doc*. Curta!, 25 min. SP, 2019. Disponível em: Acesso em: 20 out. 2025.

BORUM-KREN, Bárbara Nascimento Flores. O que os feminismos e ambientalismo podem aprender com as lutas de indígenas mulheres e o Bem Viver?. In: KAYAPÓ, Aline Ngrehatabare Kaxirina Lopes; LIMA-PAYAYÁ, Jamille da Silva; SCHUBERT-TUPINAMBÁ, Arlete M. Pinheiro (org). *Wayrakuna: indígenas mulheres polinizando a vida e semeando o Bem Viver*. 2ª ed. Teresina: Cancioneiro, 2025. p. 45-68.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 4ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CALIXTO, Lunara Abadia Gonçalves. Vozes das mulheres indígenas em Eliane Potiguara e Graça Graúna. *Revista Trama*, vol. 15, n. 34, 2019, p. 50-59.

CARNEIRO, Sueli. Gênero Raça e Ascensão Social. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 544, jan. 1995. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/G%C3%AAnero-ra%C3%A7a-e-ascen%C3%A7%C3%A3o-social.pdf> . Acesso em: 21 nov. 2025.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Os involuntários da pátria*. São Paulo: n-1. (Série Pandemia), 2016.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil* – dados de 2013. Disponível em: https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2013-Cimi.pdf Acesso em: 20 nov. 2025.

DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie; DANNER, Fernando. A Voz-Práxis EstéticoLiterária das e pelas minorias político-culturais: Lugar de fala, autoria e/como descolonização –reflexões desde a literatura indígena brasileira. *Synesis*, Petópolis, v. 13, n.2, p. 117-147, ago/dez2021

DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie; DANNER, Fernando. Literatura indígena Brasileira: Entre tradição, crítica e resistência. *Revista Graphos*, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 212-238, 2019

DONOVAN, Kathleen M. Introduction. In: *Feminist readings of Native American literature: coming to voice*. Tucson: Arizona University Press, 1998.

KAMBEBA, Márcia Wayna. A literatura e o ativismo indígena. [Entrevista concedida a] Julie Dorrico. *Revista Acrobata*, São Paulo, 13 de abril de 2020. Disponível em: <https://revistaacrobata.com.br/julie-dorrico/entrevista/a-literatura-e-o-ativismo-indigena-entrevista-com-marcia-kambeba>. Acesso em: 24 de março de 2024

KAMBEBA, Márcia Wayna. *De almas e águas kunhãs*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2023

KAYAPÓ, Edson. Literatura indígena e reencantamento dos corações. *Revista Leetra Indígena*, São Paulo, n. 2, p. 31-35, 2013.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O índio brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas do Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade: LACED-Museu Nacional, 2006.

MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS. 2019. “*Território: nosso corpo, nosso espírito*” (*documento final da Marcha de Mulheres Indígenas de 2019*). Brasília: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Disponível em: <http://apib.info/2019/08/15/documento-finalmarchadas-mulheres-indigenas-territorio-no-sso-corpo-nosso-espírito/> Acesso em: 19 nov. 2025.

MUNDURUKU, Daniel. Minha avó foi pega a laço. *Blog Daniel Munduruku*, São Paulo, 2 nov. 2017. Disponível em: <http://danielmunduruku.blogspot.com/2017/11/minha-vo-foi-pega-laco.html>. Acesso em: 20 nov. 2025

NASCIMENTO, Izabelly Sabriny Oliveira; AZEVEDO, Thiago Augusto Galeão de. A violência colonial contra mulheres indígenas como crime de genocídio. *Revista de Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídica*, v. 8, n. 2, p. 19–36, jul./dez. 2022.

PAZ, Octavio. *O arco e a lira*. Tradução de Olga Savary. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

POTIGUARA, Eliane. *Coleção Tembetá*: Eliane Potiguara. Rio de Janeiro: Azougue, 2019. 163 p.

POTIGUARA, Eva. O que é uma mulher empoderada? In: KAYAPÓ, Aline Ngenhatabare Kaxirina Lopes; LIMA-PAYAYÁ, Jamille da Silva; SCHUBERT-TUPINAMBÁ, Arlete M. Pinheiro (org). *Wayrakuna: indígenas mulheres polinizando a vida e semeando o Bem Viver*. 2ª ed. Teresina: Cancioneiro, 2025. p. 69-78.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra la mujeres*. Madrid: Traficantes de sueños mapas, 2016. Disponível em: https://traficantes.net/sites/default/files/pdfs/map45_segato_web.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

WERÁ, Kaká. *Kaká Werá*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2017. (Coleção Tembetá)

Recebido em 31/03/2026

Aceito em 20/06/2026

Revista de Letras Norte@mentos

167

Dossiê "Vozes identitárias da literatura indígena brasileira contemporânea: do registro etnográfico à criação literária.", Sinop, v. 19, n. 57, p. 150-167, jun. 2026.